

**Biodiversidade e unidades de conservação: as implicações nas pequenas cidades no
corredor transfronteiriço, entre o Amapá e a Guiana Francesa**

*Biodiversity and conservation units: the implications in small cities in the transboundary
corridor between Amapá and Guiana Francesa*

*Biodiversidad y unidades de conservación: las implicaciones en las pequeñas ciudades en el
corredor transfronterizo, entre el Amapá y la Guiana Francesa*

José Alberto Tostes

Professor Doutor e Associado III, Unifap, Brasil.
tostes.j@hotmail.com

Cássia Ingrid Rosa Moura

Graduanda de Arquitetura e Urbanismo e bolsista de iniciação científica PIBIC, Unifap, Brasil
cassiarosmoura@gmail.com



RESUMO

Este artigo almeja fazer uma discussão sobre a biodiversidade e as unidades de conservação – “Corredor da Biodiversidade – que existem no estado do Amapá e as implicações delas nas pequenas cidades, localizadas, no que aqui denominamos de *corredor transfronteiriço*, entre o Amapá, Brasil; e a Guiana Francesa, Território ultramarino da França. Iremos fazer isso, primeiramente fazendo um estudo das morfologias e da importância desses municípios, bem como uma pesquisa da lógica ambiental ali encontrada, e por fim, uma análise das influências e consequências que estas unidades vêm causando nestes aglomerados urbanos, usando como estudo de caso as cidades gêmeas de Oiapoque e Saint Georges.

PALAVRAS-CHAVE: Unidades de conservação; Corredor transfronteiriço Amapá-Guiana Francesa; Corredor da biodiversidade.

ABSTRACT

This article aims to make a discussion about biodiversity and conservation units - "Biodiversity Corridor - that exist in the state of Amapá and their implications in small cities, located in what we call here as a cross-border corridor between Amapá, Brazil; and French Guiana, the overseas territory of France. We will do this by first doing a study of the morphologies and importance of these municipalities, as well as a research of the environmental logic found there, and finally, an analysis of the influences and consequences that these units have been causing in these urban agglomerations, using as a case study the twin cities of Oiapoque and Saint Georges.

KEY-WORDS: Conservation units; Cross-border corridor Amapá-French Guiana; Biodiversity corridor.

RESUMEN

Este artículo desea hacer una discusión sobre la biodiversidad y las unidades de conservación - "Corredor de la Biodiversidad - que existen en el estado de Amapá y las implicancias de ellas en las pequeñas ciudades, localizadas, en lo que aquí denominamos de *corredor transfronterizo*, entre Amapá, Brasil; y la Guayana Francesa, Territorio de ultramar de Francia. Vamos a hacer esto, primero haciendo un estudio de las morfologías y la importancia de esos municipios, así como una investigación de la lógica ambiental allí encontrada, y por fin, un análisis de las influencias y consecuencias que estas unidades vienen causando en estos aglomerados urbanos, usando como estudio de caso las ciudades gemelas de Oiapoque y Saint Georges.

PALABRAS CLAVE: Unidades de conservación; Corredor transfronterizo Amapá-Guayana Francesa; Corredor de la biodiversidad.



INTRODUÇÃO

O Amapá é um estado novo brasileiro, criado pela Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, encontra-se atualmente, com apenas 29 anos. Localizado no extremo norte brasileiro, é o estado mais protegido do país, são 19 unidades de conservação ao total, com cerca de 10 milhões de hectares, ou mais 70% da área total de seu território em regime de proteção especial (Ministério Público – AP, 2011). Merecendo atenção mundial por ser a maior extensão de floresta tropical protegida do mundo e um patrimônio importantíssimo para a Amazônia.

Essas áreas protegidas integram o conjunto do Corredor de Biodiversidade do Amapá, que nada mais é, do que um projeto que visa conciliar a conservação da natureza com o desenvolvimento social e econômico, pretendendo-se em longo prazo, construir uma economia forte para o estado baseada no turismo ecológico e no uso inteligente de recursos naturais. (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL, 2009, p. 27).

Criado em 2003, no Congresso Mundial dos Parques, na cidade de Durban – África do Sul, o Corredor da Biodiversidade foi a resposta encontrada pelo governo para às expansões de atividades predatórias, que ali estavam sendo encontradas, além de ser descrito como uma estratégia de conservação do bioma, objetivando fortalecer, tanto a conectividade ecológica, como o planejamento integrado do uso territorial. Para ter noção de sua dimensão, o Corredor da Biodiversidade é formado por unidades de conservação, a níveis tanto estaduais e federais, contando com a presença de dois Parques Nacionais, entre eles o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, considerado o maior parque de floresta tropical do mundo, além de várias reservas, uma floresta nacional, cinco terras indígenas, entre outros.

A partir deste contexto, esse artigo tem como objetivo fazer uma análise da relação do Corredor da Biodiversidade e todas essas unidades de conservação e proteção encontradas no estado do Amapá, em detrimento das pequenas cidades localizadas, no que aqui denominamos de *corredor transfronteiriço*. Corredor transfronteiriço esse, que de acordo com Tostes e Ferreira (2015, p. 148), “é um espaço no qual se materializam as possibilidades de interação e integração do Amapá e da Guiana Francesa”.

Usando uma estratégia metodológica de pesquisa descritivo-exploratória, este artigo contou com uma abordagem qualitativa, totalmente embasada em levantamentos e revisão bibliográfica, além de análise e debate do referido tema. É uma investigação desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia e faz parte do projeto de pesquisa “Transformações Urbanas no corredor transfronteiriço entre as cidades amapaenses e guianenses: do porto de Santana a Caiena”, tendo cooperação com a Agência de Desenvolvimento da França.

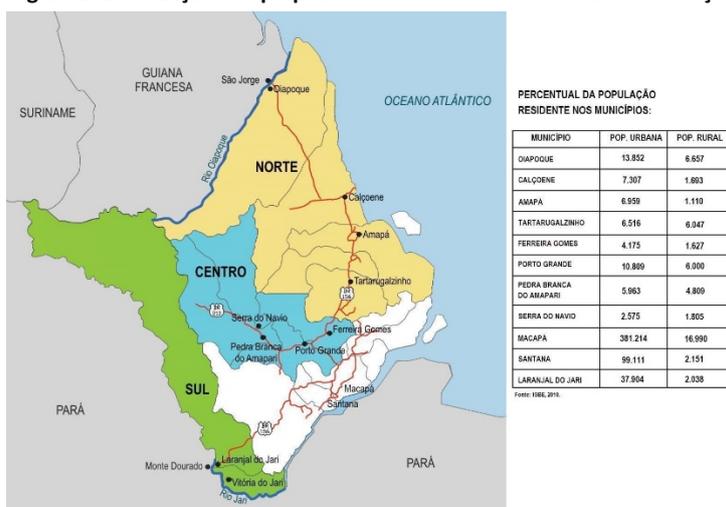
AS PEQUENAS CIDADES NO CORREDOR TRANSFRONTEIRIÇO

Segundo Brasil (2005) *apud* Tostes (2011, p. 43), a Faixa de Fronteira interna no Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 150 km de largura (Lei 6.634/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Essa faixa possui 558 municípios, que apresentam situações geográficas distintas em relação à linha de fronteira. Inserindo essa situação no norte brasileiro, podemos encontrar faixas de fronteira nos estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre, que juntos, são intitulados de Arco Norte.

De todos estes citados, delimitando o estudo somente para o Amapá, podemos encontrar oito (08) municípios que agregam a faixa deste estado, sendo eles: Oiapoque, Laranjal do Jari, Amapá, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Calçoene, Pracuúba e Ferreira Gomes. Onde de acordo com Tostes (2011, p. 43), desses, “somente o primeiro possui sede localizada no limite internacional; o 2º possui o seu território na divisa com o país vizinho, porém sua sede não se situa no limite internacional; os demais são municípios não-linheiros com sede na Faixa de Fronteira”.

Todos os oito (08) municípios mencionados acima se encontram com menos de 20.000 habitantes em cada, ou seja, são caracterizados como cidades pequenas, porém, apesar disso, não significam terem menos capacidade que outras. Silva e Trindade (2013) afirmam que nestes municípios, existem grandes potências de integração, a níveis: econômicos, culturais e ambientais. Posteriormente, os autores discutem, que mesmo com tudo isso, estes mesmos municípios constituem amostras condensadas de problemas característicos da fronteira internacional.

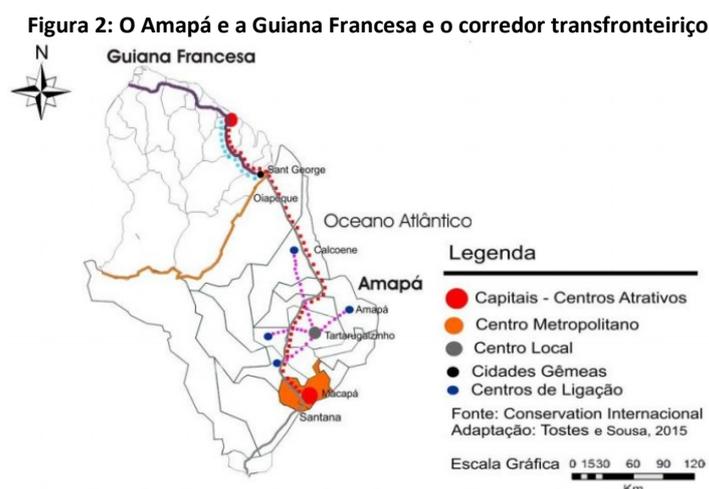
Figura 1: Localização das pequenas cidades no corredor transfronteiriço.



Fonte: TOSTES, 2011.

Já Superti e Silva (2015, p. 151) dissertam que estas cidades “representam o *locus* por excelência das múltiplas articulações comunitárias, das sedes de empresas voltadas à exploração dos recursos naturais, das forças de atração dos fluxos migratórios”. Podemos contestar isso, quando notamos que atualmente, por exemplo, os municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande abrigam empreendimentos hidrelétricos, Tartarugalzinho os agroflorestais, Calçoene o setor pesqueiro, etc.

As potencialidades e as complexidades dos territórios destas pequenas cidades, em junção com o fato, de que todos estes municípios fazem ligação com a BR 156 e conseqüentemente com a transgüianense, fizeram o pesquisador José Alberto Tostes, criar, o que ele denominou de *Corredor Transfronteiriço (CT)*. Vale salientar que, além das cidades já citadas, o CT também engloba, em seus extremos, como centros atrativos, as cidades de Macapá e Caiena, como podemos notar na figura 2.



Fonte: TOSTES E FERREIRA, 2015, p. 156.

Como podemos observar na cartografia, (imagem 02), a BR 156 e a transgüianense são os eixos onde várias cidades, tanto do território brasileiro, no caso, o Amapá, como da Guiana Francesa, se interligam. A partir do momento em que a BR 156 for toda asfaltada – atualmente, a mesma está asfaltada do perímetro de Macapá até proximidades de Calçoene – em junção com o advento da ponte binacional, ela “constituirá a ‘espinha dorsal’ do corredor transfronteiriço” (TOSTES; FERREIRA, 2015, p. 157). Essa transformação afetará diretamente a economia de todas essas cidades, que serão privilegiadas com relações de comércio e intercâmbio cultural entre os dois países.

Entretanto, o fato de existirem todas grandes perspectivas em relação a estes municípios, os mesmos enfrentam profundos problemas sociais. Como qualquer outro município amazônico, são dotados de espaços urbanos altamente desestruturados, com pouco ou até sem acessos a serviços básicos, infraestruturas baixíssimas que acabam agravando quadros de informalidade, entre outras coisas, observando claramente uma insustentabilidade urbana.



Evidenciam-se nestas pequenas cidades, uma negligência grande em relação aos investimentos adequados e necessários relativos às suas reais demandas e isso não é de hoje. Tostes (2011, p. 286) disserta que “historicamente, estas cidades sempre demonstraram problemas na gênese de formação de seus núcleos urbanos, sob diferentes circunstâncias”. E chama a atenção para com a falta de vinculação dinâmica entre elas, se auto setorizando, mesmo tão próximas.

Além dessas problemáticas socioambientais já existentes nestas cidades, há também a questão da imobilização de grandes faixas de áreas destes municípios em relação ao advento de grandes parques nacionais, legalização de terras indígenas, reservas florestais, entre outras áreas de preservação que estão sendo enxergadas como uma política de limites de atividades. Unidades de conservação essa explicadas a seguir.

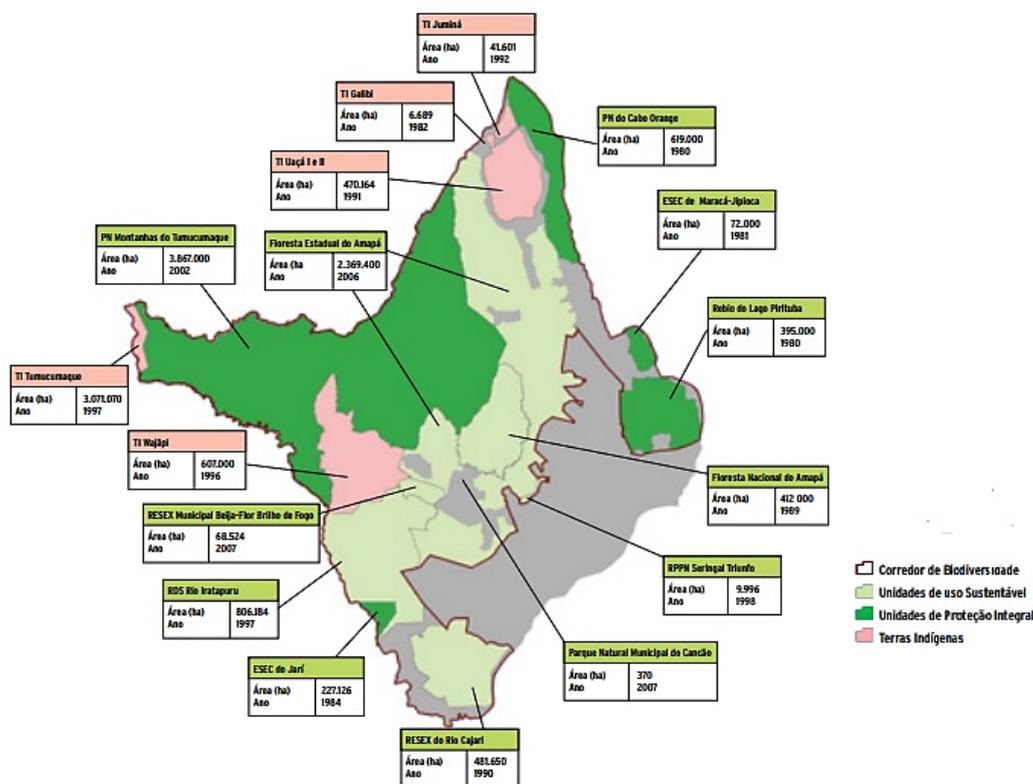
CORREDOR DA BIODIVERSIDADE E O MOSAICO DE USO DO SOLO

Os Corredores de Biodiversidade foram criados com o intuito de ser uma ferramenta para o desafio de tornar o Brasil mais sustentável, de forma resumida, eles se caracterizam por conectar distintas unidades de conservação (UCs), visando a expansão, recolonização, preservação e desenvolvimento dessas áreas. De acordo com Akashi Junior e Castro (2010, p. 21), a concepção de corredores de biodiversidade baseia-se “em princípios de planejamento regional, em larga escala, podendo englobar tanto áreas urbanas como rurais, unindo grandes unidades de paisagem e biomas”.

Em relação ao estado do Amapá, historicamente, com o processo de criação do território em estado, e com o advento da independência política, que na década de 1990 suas legislações ambientais ganham maior impulso, no ano de 1994 é promulgado o Código de proteção ambiental ao Meio ambiente do Estado do Amapá (Lei Complementar nº 005/1994), no mesmo ano também é criado o Sistema Estadual do Meio Ambiente e o Fundo Especial de Recursos para o meio ambiente (Lei nº 0165/1994). Foi na década de 1990 que também foram criados inúmeras unidades de conservação e preservação por todo o estados.

Tostes (2014, p. 96-97) cita que esse processo que passa entre o período de 1988 até 2006, foi marcado pela formação de relevantes mudanças institucionais, “formando um mosaico do que pode ser definido por uma série de interfaces políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais (...) entraves relacionados a questão da terra estiveram presentes em grandes partes destas discussões”.

Figura 3: Corredor da biodiversidade (linha em vermelho) e unidades de conservação no estado do Amapá.



Fonte: CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL, 2009, P. 27

Partindo da concepção comentada mais acima de conectar todas essas unidades de conservação, de preservação, parques, reservas e etc. e promover um desenvolvimento ecológico, que em 2003 foi criado o Corredor da Biodiversidade no Estado do Amapá, o que preservou mais de 70% da área total do Amapá, o que compreende por mais ou menos 10 milhões de hectares. Como podemos analisar na cartografia abaixo, onde a linha em vermelho significa o perímetro do corredor e as manchas em cinza escura às áreas que ela não abrange, mostrando claramente que no estado há mais áreas em estado de conservação ambiental do que livres.

AS IMPLICAÇÕES NO TERRITÓRIO E CONFLITOS DE GESTÃO

Pode-se dizer que a identificação de conflitos de interesses na região do estado do Amapá está, intimamente, vinculada à questão ambiental. É importante afirmar que a criação de um conjunto de áreas protegidas ocorreu sem a participação ou consulta prévia dos municípios. Um dos principais conflitos institucionais configura-se no processo de manutenção e preservação das áreas ambientalmente protegida, porém, é válido dizer que os níveis de conflitos e interesses alcançam diferentes dimensões. No governo do Presidente Fernando Henrique

Cardoso, foi criado o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque sem que ocorresse algum tipo de ação positiva para os municípios; tal medida reduziu a área territorial de todos os envolvidos na área deste Parque.

Outro conflito evidente é sobre as medidas compensatórias em terras indígenas na BR 156 em direção ao Oiapoque, onde parte da pavimentação da BR que liga a capital ao extremo norte passa cortando as reservas, o que contribuiu para o significativo atraso da pavimentação da rodovia. No município de Oiapoque, o processo especulativo de terras gerou uma crise institucional, onde várias áreas foram regularizadas de forma irregular, contribuindo para agravar a situação daquele núcleo urbano na fronteira norte. O episódio ocorrido demonstra as diversas interfaces conflitivas no Amapá, entre elas, as questões de natureza fundiária e os conflitos ambientais.

Os atores institucionais, como Ministério Público, Justiça Federal e até mesmo órgãos como a Universidade Federal têm participado intensivamente na discussão e em ações acerca da proteção ambiental no Amapá. Neste processo, tais instituições têm atuado de modo a evitar que determinados atores sociais provoquem alterações no meio ambiente de maneira a por em risco a qualidade de vida das populações afetadas. Desta forma, no contexto da gestão ambiental, importa ressaltar que o Brasil, maior país da América Latina e quinto do mundo em área territorial, compreendendo 8.511.996 km², com zonas climáticas variando do trópico úmido a áreas temperadas e semiáridas, é certamente o país detentor do maior patrimônio de biodiversidade (e sociobiodiversidade) do planeta.

Segundo a Política Nacional de Meio Ambiente (1981), mais de 16% do território brasileiro corresponde a áreas de proteção ambiental (sendo 5,22% em unidades de conservação federais, tais como parques e reservas ecológicas e extrativistas, e 11,12% em áreas indígenas). A adequada gestão desse imenso patrimônio ambiental constitui tarefa complexa, razão pela qual a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação estão dispostos em lei específica, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Uma das Consequências desta Lei foi a orientação da gestão ambiental no sentido da melhoria da qualidade ambiental em benefício da saúde e de um desenvolvimento econômico em harmonia com a proteção ambiental, o que vigora até o presente. O meio ambiente é um patrimônio público a ser protegido, tendo em vista o uso racional dos recursos ambientais e histórico-culturais.

No âmbito federal, criaram-se o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), estabelecendo quais são os seus instrumentos. O CONAMA detém funções consultivas e normativas da legislação ambiental e integra representantes dos três níveis de governo e de associações civis. Também no contexto de políticas ambientais, destaca-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que contém os princípios e regras gerais de conservação e uso para a gestão das Unidades de Conservação. No âmbito municipal, a Constituição Federal e a Lei Orgânica dos municípios incluem dispositivos de proteção ambiental em seus textos. Outra política não menos importante é a Política de Meio ambiente e Salvaguarda, que atribui diretrizes do Banco



Interamericano de Desenvolvimento (BID) e se estrutura basicamente em dois grupos: Diretrizes de Transversalidade Ambiental e Diretrizes de Salvaguardas.

Em relação aos Códigos Municipais aprovados pela Câmara de Vereadores, temos os municípios de Porto Grande, Ferreira Gomes e Oiapoque; os demais ainda estão atrelados ao Código Ambiental Estadual. Esta conquista se deve ao Programa Estadual de Gestão Ambiental Municipal, que desde 2009 vem promovendo o processo de descentralização da gestão ambiental nos municípios amapaenses. Além dos Códigos Ambientais, estes municípios possuem o Programa Municipal de Educação Ambiental, mas ainda em fase de implementação. Tais programas ainda carecem que os setores especializados e responsáveis pela condução das atividades de gestão agreguem maior suporte tecnológico e integração das esferas municipais e estaduais.

A gestão das Unidades de Conservação de jurisdição estadual é realizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), exceto a Floresta Estadual, que tem gestão compartilhada com o Instituto de Florestas do Amapá (IEF). O Governo do Estado, por meio dos respectivos órgãos, tem um quadro de técnicos especializados que desenvolvem suas atividades no gerenciamento dessas áreas protegidas em parceria com o Batalhão Ambiental/Polícia Militar e fiscais do Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento territorial (IMAP). A situação descrita no âmbito estadual contrasta com a realidade municipal existente, em função das carências de apoio de recursos humanos especializados e suporte de tecnologia.

Os escritórios de apoio as UC's estaduais estão instalados nos municípios de Laranjal do Jari e Macapá, cada um com um transporte e técnicos à disposição, gerenciando a RDS do Rio Iratapuru e APA da Fazendinha, respectivamente. A APA do Curiaú, a Floresta Estadual e a REBIO do Parazinho não têm uma infraestrutura adequada para atendimento das demandas específicas destas unidades. Ressalta-se que já está em estruturação pela SEMA/AP a regulamentação da Lei para implementação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza do Estado Amapá. As Unidades de Conservação de jurisdição federal têm sua gestão por meio do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade com um corpo técnico capacitado e escritórios em todas as UC's.

As dimensões da governança no estado do Amapá indicam uma forte preocupação institucional referente à potencialização do desenvolvimento, principalmente nos municípios. Os indicadores oficiais como IBGE (2010), FIMBRA (2010) e FIRJAN (2010) evidenciam que os municípios amapaenses apresentam baixos índices de associativismo. De acordo com o Ministério das Cidades (2012), o estado do Amapá é o único Estado da federação que não apresenta nenhuma operação consorciada entre os municípios, muito embora os problemas e dificuldades sejam semelhantes, tendo como umas das principais causas, atestada pelo IBGE, a baixa capacidade de gestão e planejamento. Os municípios possuem grande parte de seu território constituído de áreas protegidas, entretanto, as questões que enfatizam com propriedade as fragilidades institucionais não propiciam a inserção municipal sobre o contexto ambiental, inclusive das possíveis medidas compensatórias.



Outro fator importante a ser analisado e que explica os níveis da dimensão da governança, reside nos inúmeros conflitos institucionais que envolvem diferentes atores institucionais: partidos políticos, Ministério Público, Justiça estadual e federal. O volume de ações judiciais em relação ao afastamento de gestores públicos de primeiro e segundo escalão é algo que chama atenção. O sul do estado do Amapá é a área com maiores índices de prefeitos afastados do cargo, improbidades administrativas e mau uso dos recursos públicos, causas, segundo o Tribunal de Contas do Estado do Amapá (2012), de boa parte das dificuldades relacionadas a índices de governança. Os episódios dos últimos anos evidenciam que o problema municipal alcançou a esfera do Governo do estado do Amapá. As operações da Polícia Federal tornaram-se constantes, culminando a detenção inclusive dos principais gestores (governador e vice) por motivos que demonstram a má fé na utilização dos recursos públicos.

É evidente que a dimensão da governança também está relacionada à capacidade das organizações nos municípios do Amapá no trato da gestão pública, que se expressa nas extensas áreas preservadas e no grande potencial do estado do Amapá, resguardadas por um grande número de Unidades de Conservação (UC's). Um dos maiores entraves está diretamente relacionado à carência de fiscalização e de planos de manejo destas UC's, que ocupam cerca de 70% do espaço amapaense. As exceções são: unidades como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru de jurisdição estadual; os Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque, Cabo Orange e a APA do Curiaú, que estão com seus planos de manejo concluídos; e a Floresta Nacional do Amapá, com os estudos avançados no inventário biológico. Apesar de variedade de problemas ambientais, o Amapá aparece como o Estado brasileiro com maior índice de preservação ambiental, fato relacionado à localização geográfica e com locais de difícil acesso. As atividades promotoras de grandes impactos ambientais ainda são incipientes, o que permite a elaboração de um plano sustentado com diretrizes compatíveis com a determinação da legislação ambiental brasileira, adotando medidas de compensação de danos irreversíveis aos recursos naturais. A extensão do contexto ambiental se estende de Norte a Sul do Amapá, representado por três grandes domínios geomorfológicos: as áreas do Planalto cristalino, onde se encontram as florestas tropicais; os planaltos rebaixados, onde se encontra o ecossistema de cerrados; e as áreas da planície costeira, inundáveis.

As áreas costeiras que comportam os ecossistemas de florestas e campos de várzeas, além dos manguezais, são ambientes frágeis e sujeitos às dinâmicas das marés com relação direta com o Oceano Atlântico na sua porção do litoral norte, onde acontecem práticas para desenvolvimento social e econômico. Pode-se ressaltar a pecuária, com a criação extensiva da bubalinocultura, prática, nas condições atuais, que vem causando grandes impactos ambientais, como a compactação do solo, a descaracterização da cobertura vegetal, efeito sobre a fauna e mudanças na qualidade da água. A criação de gado em sistemas extensivos é classificada como vetor de risco para conservação da biodiversidade e para a zona costeira e de marinha, sobretudo considerando-se que é em ambientes costeiros que se concentra a maioria dos municípios amapaenses. É importante, no processo de gestão ambiental, o envolvimento e a



integração de órgãos e instituições que atuam na cadeia produtiva, englobando todas as esferas do governo.

As fragilidades do processo de governança se expressam na imensa dificuldade em fazer valer o contexto socioambiental. Entre os inúmeros aspectos mais relevantes no estado do Amapá, destacam-se:

- a) A condição fronteiriça amapaense Amapá/Guiana Francesa: área com fraca fiscalização e geradora de conflitos sociais e ambientais em diferentes escalas. A Ponte binacional que vai ligar Oiapoque (Brasil) à Guiana Francesa (França) (Figura 05), a qual prevê uma série de expectativas que refletem no cenário internacional;
- b) A pavimentação da BR 156, com 586 km, que liga o Amapá de Norte ao Sul. Com mais de 400 km pavimentados, apresenta boa parte de seu trecho com baixa resistência principalmente no período de fortes índices pluviométricos, o qual se estende de janeiro a junho e dificulta a acessibilidade aos municípios de Mazagão e Oiapoque. A BR 210 que liga Macapá ao município de Serra do Navio tem grande parte do seu trecho sem pavimentação; essas rodovias cortam, ao Norte a Reserva Indígena na área de conflito;
- c) Sistema Hidroviário: o Porto de Macapá, localizado no município de Santana, possui fragilidade no sistema de fiscalização, levando esses espaços à poluição e à contaminação de recursos hídricos, prostituição, ocupação desordenada por bares e vendas de alimentação por trabalhadores informais, geralmente sem qualificação na manipulação de alimentos. Reforça-se a necessidade de uma reestruturação física e revitalização no seu entorno. Isso se aplica também aos ancoradouros utilizados por pequenas embarcações, em toda a área de planejamento;
- d) Dificuldade de acesso e fiscalização nas Unidades de Conservação;
- e) Carência de corpo técnico qualificado para atuar na fiscalização, controle e monitoramento ambiental;
- f) Plano de Manejo: no âmbito da jurisdição estadual, apenas a Área de Proteção Ambiental - APA do Rio Curiaú, sob jurisdição do estado, tem seu Plano de Manejo; e, sob administração federal, o Parque nacional Montanhas do Tumucumaque e o Parque Nacional Do Cabo Orange está em fase de conclusão, porém já se iniciaram estudos para o Plano de Manejo da RDS do Rio Iratapuru. A falta de normatização nas áreas naturais implica o uso desordenado dos recursos naturais e dificulta a promoção de políticas públicas voltadas para melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais que vivem no seu interior ou entorno.

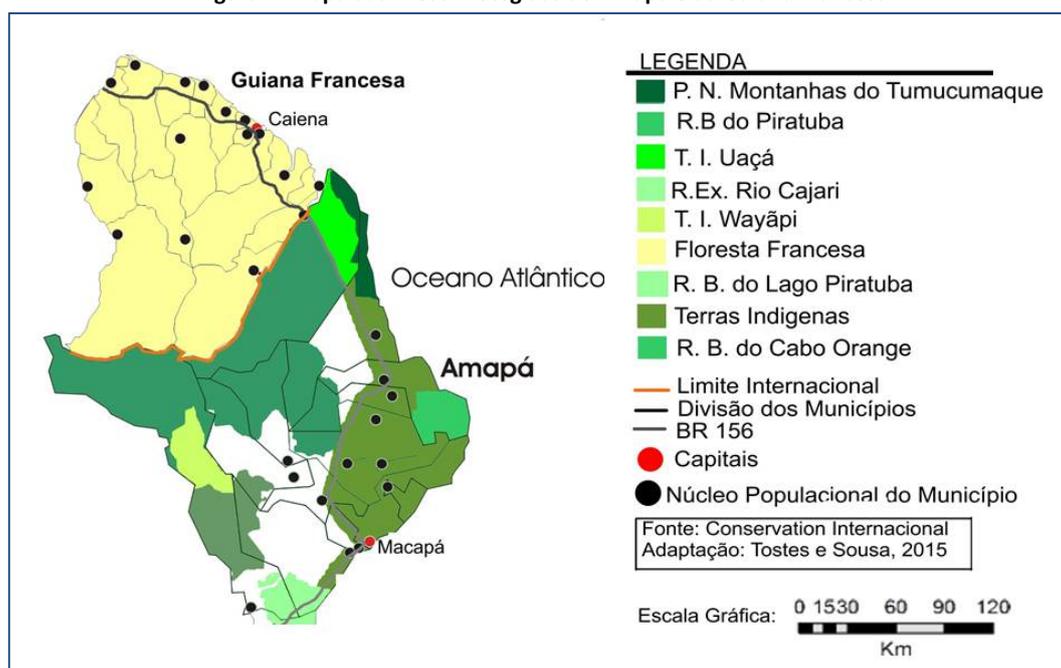
IMPLICAÇÕES DO CORREDOR DA BIODIVERSIDADE E O NÚCLEO URBANO DAS PEQUENAS CIDADES NO CORREDOR TRANSFRONTEIRIÇO

Como se pode observar, os quadros urbanos das pequenas cidades apresentadas no corredor transfronteiriço são desprovidos de infraestruturas, tendo uma relação direta com problemas de gestão e pressão social. Dentre todo um conjunto de problemáticas, o mais perceptível, é a falta, em absolutamente todos esses municípios, de uma política de uso e ocupação do solo adequada.

Além de um problema de gestão dos municípios, por não se modernizarem tecnologicamente e não aderirem a planos participativos e assíduos, a situação das políticas adequadas de uso e ocupação do solo muito foram agravadas inclusive pelo próprio Estado.

Tostes (2011, p. 289) cita que as ações desencadeadas pelos governos em níveis estadual e federal, comprometeram não somente os quadros urbanos das cidades que englobam o corredor transfronteiriço, mas também a natureza territorial destes municípios houve uma “onda” desenfreada a partir dos anos 90, da criação de inúmeras áreas de conservação. Sendo o maior deles, criado em 2003, o corredor da biodiversidade.

Figura 4: Mapa das Áreas Protegidas do Amapá e da Guiana Francesa



Fonte: CONSERVATION INTERNATIONAL. ADAPTAÇÃO: TOSTES E SOUSA, 2015.

Tostes (2012, p. 101-103) quando discute a criação do Corredor da Biodiversidade (Figura 4) e as diversas implicações que o mesmo causou e causa nas pequenas cidades do Corredor Transfronteiriço, cita que se por um lado, “o corredor uniu um conjunto de unidades de conservação transformando essas áreas em um mosaico de usos terras ambientalmente sustentáveis”, por outro, ele delimitou territórios, territórios esses, que mesmo fazendo parte

daquele município, não podem ser usados por serem preservados juridicamente, afetando diretamente as áreas dessas pequenas cidades.

Por essa “onda” de criação de unidades de conservação não ter tido discussões sobre a importância e os reais benefícios dessa situação, acabou por gerar, nessas pequenas cidades, discursos sobre uma problemática de não ter para onde expandir os núcleos urbanos, afetando o crescimento desses municípios e o desenvolvimento econômico. E isso tudo poderia ter sido evitado com a presença de gestões urbanas eficientes.

Outra problemática existente em relação a criação do Corredor da Biodiversidade x pequenas cidades do corredor transfronteiriço, é que, com tantas unidades de conservação criadas, o Estado foi nomeado como o mais preservado do país e isso repercutiu bastante a níveis internacionais. Porém, quando nos deparamos com essas pequenas cidades, esse quadro mostra-se em verdadeira contradição. Não tem tratamento de esgotos adequados, tampouco uma arborização adequada às condições climáticas, assim como falta de acessibilidade e pouco acesso a serviços básicos. O Amapá carrega este título em relação a sua cobertura vegetal, mas em muito precisa melhorar para querer continuar com essa nomeação, já que peca com o maior direito, que seus municípios, por direito tem, que é à cidades sustentáveis.

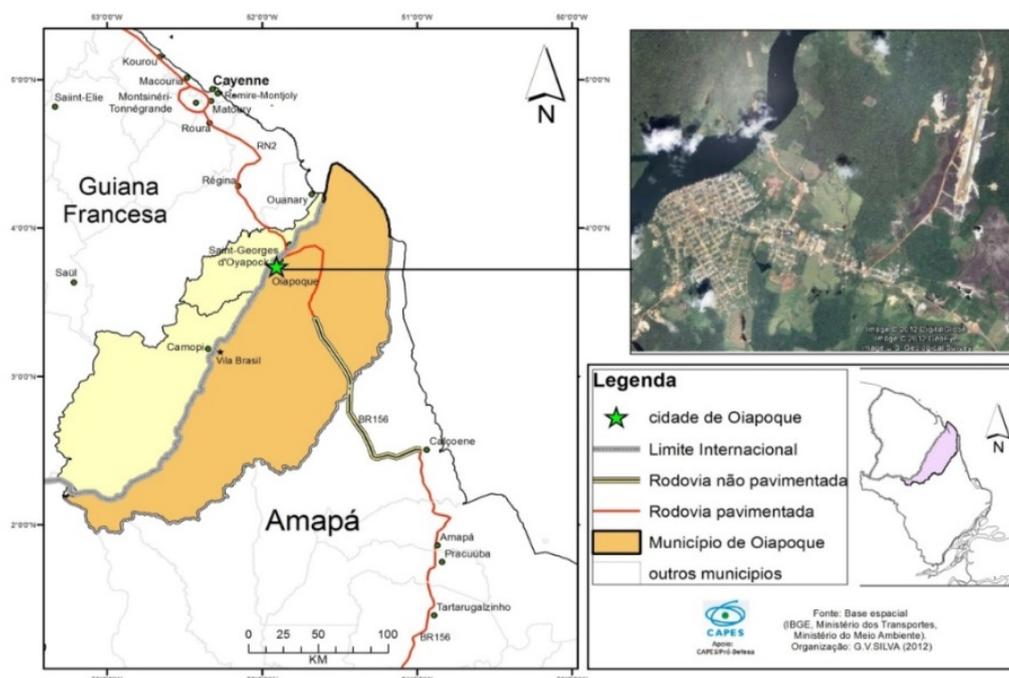
CIDADES GÊMEAS DE OIAPOQUE E SAINT GEORGES

As cidades de Oiapoque e Saint George na Guiana Francesa têm tido uma relação distinta nos últimos vinte anos. Para os que estudam a questão fronteiriça, a relação entre as cidades já foi melhor e mais efetiva, antes das políticas mais agressivas do Governo Francês de Nicolas Sarkozy, do qual resultou o endurecimento das políticas migratórias e o combate aos garimpos clandestinos na região. Contudo, desde 1990, suas relações se estreitaram e tornaram a entrar em foco com os encontros referentes à construção da Ponte Binacional, bem como à consolidação desse projeto, com a futura formação do corredor transfronteiriço, conforme estudos de Nascimento (2009).

Essa antiga Zona de Fronteira (Figura 6) formada pelas cidades tem suas diferenças a começar pela população: o Oiapoque tem 20.509 habitantes (2010), e Saint Georges tem aproximadamente 3 mil. Tal diferença resulta em uma maior dinâmica da cidade de Oiapoque em relação ao trânsito de pessoas, urbanização e economia formal e informal. A título de exemplo da economia local oiapoquense, a atividade pesqueira, caracterizada como modalidade comercial e/ou de subsistência, é expressiva devido ao seu caráter histórico, apesar dos entraves de infraestrutura encontrados na região para o desenvolvimento do setor (Silva, 2014).

A questão da exploração madeireira também é considerada pelo autor como um dinamizador das relações do município, pelo potencial florestal da região. Mesmo levando em consideração as áreas protegidas por lei, a lacuna percebida é justamente a falta de incentivo e difusão das práticas extrativistas sustentáveis. Outro ponto de grande importância econômica é o garimpo, que impulsionou o desenvolvimento de um comércio diversificado e dinâmico (Tostes, 2011) e sem a qual a cidade pararia (Silva, 2008).

Figura 5: Localização das cidades gêmeas e Oiapoque e Saint Georges.



Fonte: IBGE, Ministério dos Transportes, Ministério do Meio Ambiente. Organização: G. Silva, 2012.

A cidade de Saint Georges tem sua dinâmica fortemente atrelada à do Oiapoque. Suas atividades econômicas estão limitadas às reduzidas atividades econômicas de comércio e serviços, as quais se vinculam, em parte, ao lado brasileiro, a exemplo das catraias, das trocas comerciais, nomeadamente as ilegais. Segundo Silva (2008), através do rio Oiapoque, há o movimento turístico entre as duas cidades. Ademais, contam-se os serviços públicos vinculados à Polícia migratória, correios e às atividades públicas.

Um dos fatos mais marcantes nos últimos dez anos foi a expulsão de mais 500 brasileiros que viviam em Saint Georges, decorrente da ação da política francesa mais intensa em relação aos migrantes, impulsionada pelos altos índices de crimes cometidos por brasileiros no lado francês, além de outras ilegalidades e patologias sociais (Silva, 2008).

Este episódio contribuiu para o surgimento de um aglomerado, do outro lado do rio Oiapoque, onde todos os expulsos invadiram a área e começaram a formar uma nova comunidade, conhecida como Vila Vitória. Nos dias atuais, a Vila se expandiu sem condições adequadas de desenvolvimento, assim como boa parte do núcleo urbano de Oiapoque. Encontram-se entre os problemas mais comuns o abastecimento de água e esgoto e ausência de ordenação mínima do solo urbano.

Para Nascimento (2009), o mais indicado para essas cidades gêmeas se integrarem é criação de uma Zona Internacional de Fronteira (ZIF), a qual deve ser pautada nas especificidades da

localização e vocação da região. O autor indica o tipo logístico-comercial como o tipo mais pertinente, porém ressalta a importância da estruturação urbana prévia da cidade, no que diz respeito principalmente aos aspectos físicos e socioeconômicos para reduzir as fortes assimetrias entre as regiões e garantir a devida participação e aproveitamento do Oiapoque dentro dessa ZIF.

De acordo com o Faixa de Fronteira, as interações transfronteiriças das cidades-gêmeas Oiapoque-Saint Georges estão no nível capilar, com tendência a evoluir para o nível sinapse. Segundo Nascimento & Tostes (2008, p. 12)

A conclusão da BR-156 e a construção da Ponte Binacional são fatores decisivos para que aconteça essa transição. As interações do tipo capilar caracterizam-se por serem difusas e espontâneas e podem se dar somente em nível local. [...] Já as interações do tipo sinapse caracterizam-se pelo alto grau de troca entre as populações fronteiriças.

A fronteira é uma zona de trânsito de pessoas, por isso o significado das interações é distinto para um e outro lado, e, ao longo de três décadas, foram de maioria pacífica (NASCIMENTO, 2009). As assimetrias dessas relações são demonstradas pela expectativa de dias melhores de muitos brasileiros que atravessam a fronteira rumo ao Departamento Ultramarino Francês. A moeda da União Europeia (Euro) e o avançado sistema social do Estado francês são exemplos de assimetrias que criam um campo atrativo de migrantes.

Para os guianenses e franceses, a travessia do rio Oiapoque é motivada pelo turismo e pela compra de mercadorias. Veja-se, a título de exemplo, a figura 5, que indica a percentagem média de entradas de estrangeiros pelo Oiapoque, entre 2010 e 2014. Percebe-se que se trata de um movimento intenso, já que, segundo dados da Polícia Federal, foram registradas 54880 entradas de estrangeiros pela fronteira do Oiapoque neste período (média de 10976 entradas/ano). A figura 5 mostra que a grande percentagem média de entradas de estrangeiros nesses anos no Amapá se concentra no Oiapoque, assinalando uma dinâmica que não pode ser desconsiderada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado do Amapá criou o Corredor da Biodiversidade com a finalidade de preservar e estimular o ecoturismo no estado, como estratégia de desenvolvimento, mas para que esses planos se concretizem, é necessário também a implementação de uma gestão participativa. É necessário fortalecer uma gestão democrática, que envolva a articulação de ações entre os agentes governamentais, inclusive destes com o setor privado e a comunidade em geral. Bem como a implantação adequada e a formação de recursos humanos especializados.

É preciso ter sensibilidade que, os impactos negativos e positivos que já estão sendo observados e que ainda se observarão em relação a esse corredor da biodiversidade, muito estão

relacionados com a administração dos gestores e da própria comunidade das pequenas cidades que ali estão inseridas. E as consequências destas atitudes podem ser notadas a níveis locais, regionais, nacionais e internacionais – como o caso do corredor transfronteiriço.

As cidades inseridas no corredor da biodiversidade são as mesmas inseridas no corredor transfronteiriço, e atualmente, as mesmas necessitam de maior apoio institucional, principalmente na definição de medidas compensatórias através de um projeto consistente e eficaz, pois só assim, poderá chegar a níveis de desenvolvimento econômico e relações internacionais de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKASHI JUNIOR, José; CASTRO, Selma Simões de. **Corredores de biodiversidade como meios de conservação ecossistêmica em larga escala no Brasil: uma discussão introdutória ao tema.** Revista brasileira de ciências ambientais – número 15 – Março/2010.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL. **Corredor de biodiversidade do Amapá.** Belém: Conservação Internacional, 2009.

SILVA, Ana R. F.; TRINDADE JR, Saint-Clair C. “Pensando a diferenciação socioespacial na Amazônia: a sub-região fronteiriça internacional dos estados do Pará e Amapá”. In: PORTO, Jadson L. R.; NASCIMENTO, Durbens M. (Orgs.). **Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial.** Rio de Janeiro: Publit, 2013. P. 31-65.

NASCIMENTO, Oscarito Antunes do. **Implicações do contexto da Zona de Fronteira/ BR-156/ Ponte Binacional na Configuração da Paisagem Urbana de Oiapoque.** 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional. UNIFAP, Macapá.

NASCIMENTO, Oscarito Antunes do; TOSTES, José Alberto. **Oiapoque “Aqui começa o Brasil”: as perspectivas de desenvolvimento a partir da BR-156 e da ponte Binacional entre o Amapá e a Guiana Francesa.** ANPPAS-IV Encontro Nacional-Brasília, 2008.

SILVA, G.V. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local.** 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVA, Fábio Carlos da; RAVENA; Nívia. Formação Institucional da Amazônia. In: TOSTES, José Alberto. **Formação Institucional e Desenvolvimento Regional do Estado do Amapá.** Belém: NAEA, 2014.

SUPERTI, Eliane; SILVA, Gutemberg V. **“Integração Internacional e Políticas Públicas de Defesa e Segurança na Fronteira Setentrional Amazônica: Reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense”.** Revista Intellector, Vol. XI, nº 22, p. 129-147, janeiro/junho, 2015.

TOSTES, José Alberto. **Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na faixa de fronteira setentrional.** Rio de Janeiro: Publit, 2011.

_____. **Além da Lina do Horizonte.** Editora Sal da Terra, João Pessoa, 2012.

TOSTES, José Alberto; FERREIRA, José Francisco Carvalho. **O corredor transfronteiriço: interação e integração entre o Amapá e a Guiana Francesa.** Revista Científica ANAP Brasil, volume 8, nº 11, 2015, p. 147.